

# DESEMPREGO, *informalidade* & POBREZA

***Pobre não pode se dar ao luxo de buscar emprego;  
pobre cai na informalidade.***

**MARCELO NERI**

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV*

**A**FACE MAIS VISÍVEL DA CRISE RECENTE foi o incremento observado na taxa de desemprego metropolitano. O tema desemprego domina o debate social brasileiro nos últimos três anos. Mas será este o principal problema do nosso mercado de trabalho?

**O “mal de luxo”** — Realizamos uma análise da evolução do desemprego entre diferentes classes sociais. Como a renda familiar é diretamente afetada pelo desemprego, utilizamos uma outra forma de estratificação social. As pesquisas de opinião usuais embutem conceitos de classe social baseados no acesso a bens de consumo. Utilizamos como indicador da classe A indivíduos pertencentes a famílias com acesso aos seguintes bens incluídos no questionário da PNAD-IBGE: geladeira, televi-

são, freezer e máquina de lavar. Uma alternativa de classe A incluiria também o acesso à telefonia, mas o processo de expansão pós-privatização observado distorceria a análise.

Em 1999 cerca de 20,7 milhões de pessoas pertenciam à nossa definição arbitrária de classe A. Em primeiro lugar, cabe notar que este grupo da população cresce no período 1996-99 a uma taxa anual de 3,8%, acima da taxa de crescimento populacional. Quer dizer, a fase de crises externas não foi marcada pela estagnação no acesso aos bens de consumo duráveis. Nesse sentido, o período recente pode ser caracterizado como uma crise de produtores e não de consumidores, embora a abertura recente da economia possa ter induzido novos hábitos e elevado a exigência dos nossos consumidores.

Analisando pelo lado dos produtores, o desemprego sobe no período 1996-99 a taxas superiores na classe A (16% a.a.) do que para o conjunto total de classes (12,5% a.a.). Esta estatística para a classe A metropolitana é de 19,5% a.a. Quer dizer, a crise de desemprego recente atingiu mais a classe A, especialmente a metropolitana, do que os demais segmentos.

Os gráficos ilustram os padrões de correlação entre taxas de desemprego e suas variações em relação à renda familiar *per capita* entre mesorregiões. Optamos por trabalhar com PNADs consecutivas empilhadas de forma a aumentar a densidade amostral das estimativas. i) o primeiro gráfico evidencia um padrão de correlação positivo entre a taxa de desemprego e a renda domiciliar *per capita* de 1998-99; ii) o



segundo gráfico evidencia uma correlação positiva entre a taxa de variação do desemprego entre 1996-97 e 1998-99 e a renda domiciliar *per capita* em 1996-97. O ajuste da segunda regressão é menos satisfatório.

No período marcado pelas crises de origem externa, compreendido entre outubro de 1996 e outubro de 1999, observamos que cerca de 2,5 milhões de indivíduos foram adicionados ao contingente inicial de 4,7 milhões de desempregados no país. O desemprego sobe no período 1996-99 a taxas superiores na classe A do que para o conjunto total de classes. O problema afeta particularmente a elite metropolitana, caixa de percussão dos eventos nacionais.

A relação entre renda e desemprego entre regiões não nos permite rejeitar a hipótese de que o desemprego seria um

“mal de luxo”. No sentido de aumentar com a renda. A alta recente do desemprego foi também mais branda nas regiões mais pobres. O nosso debate social ao focar excessivamente no desemprego metropolitano, exclui o pobre do foco. Pobre não pode se dar ao luxo de ficar buscando emprego; pobre cai na informalidade.

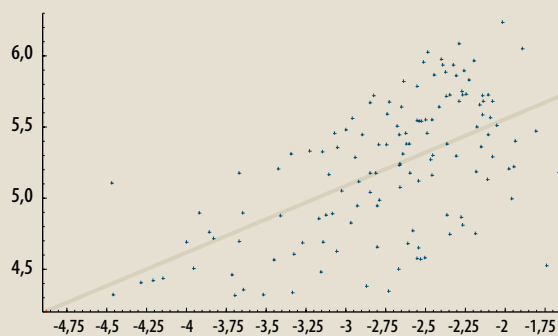
**Os pobres informais** — O problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de trabalho disponível mas está intimamente ligado à qualidade dos postos de trabalho. Apresentamos, como medida inicial da precariedade, a informalidade, entendida como a soma dos autônomos, dos empregados sem carteira e dos não-remunerados.

Nenhum segmento contribui mais para a pobreza brasileira do que o se-

tor informal. Cerca de 51,3% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por informais. Os chefes desempregados contribuem apenas em 5,4% para a pobreza brasileira. Quer dizer, o grande depositário de pobres brasileiros não é o desemprego mas a informalidade. Pessoas que têm trabalho, trabalham, mas não ganham o suficiente para sustentar as suas famílias.

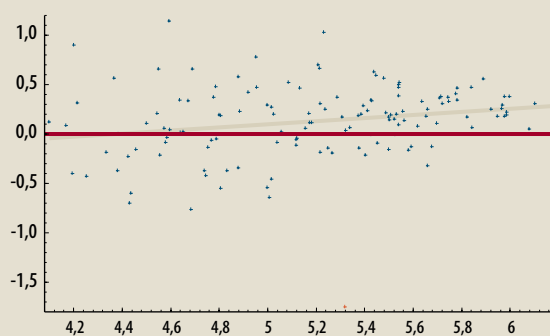
A informalidade é mais freqüente e crônica que o desemprego. Do ponto de vista individual, o desemprego é, na média, uma crise passageira. O aviso prévio, o FGTS e o seguro-desemprego amenizam os efeitos de curto prazo da perda de emprego formal. Por outro lado, não existe “seguro-informalidade”, ou nada parecido. Na verdade, a informalidade constitui o principal “colchão” que alivia choques tra-

Renda de todas as fontes domiciliares *per capita* vs. taxa de desemprego



Elasticidade: 0,75      Estatística-t: 8,59

Varição do desemprego vs. renda de todas as fontes domiciliares *per capita*



Elasticidade: 0,29      Estatística-t: 2,56

Fonte: Microdados PNAD-IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV. Obs.: Dados em log.

***Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed diam nonummy nibh euismod tincidunt ut laoreet dolore magna aliquam erat volutpat. Ut wisi enim ad minim veniam, quis nostrud exerci tation ullamcorper suscipit lobortis nisl ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis***

balhistas adversos naqueles que não podem se dar o luxo de ficar buscando uma ocupação melhor.

No longo prazo, o trabalhador informal é mais descoberto de programas de previdência social do que o formal. A própria estrutura de custos e benefícios associados à legislação trabalhista e previdenciária levam à informalidade como modalidade de evasão fiscal. Essa informalidade voluntária deve ser combatida com a incorporação de incentivos “corretos” na legislação. Complementarmente, as sempre reveladoras pesquisas do Ipea mostram que boa parte das transferências governamentais ligadas ao exercício prévio de trabalho formal como o seguro-desemprego destina-se àqueles que exercem simultaneamente ocupações informais.

Na minha opinião, o problema com o seguro-desemprego não é tanto o de focalização, no sentido de privilegiar os não-pobres, mas de desenho dos incentivos implícitos no programa que não conseguem impedir o recebimento cumulativo com outro trabalho. Afinal, como o próprio nome diz, o seguro-desemprego é um seguro. Ou seja, um me-

canismo que deveria transferir recursos de um mesmo indivíduo entre diferentes estados da natureza e não um mecanismo de redistribuição de renda entre indivíduos. Por outro lado, a palavra desemprego deveria implicar condicionar, na prática, o acesso ao seguro à falta involuntária de emprego.

Se queremos entender minimamente o problema da informalidade, a sua diversidade tem de ser endereçada. Nesse sentido a agregação do heterogêneo grupo de trabalhadores conta-própria, lado a lado com os empregados sem carteira e os sem-pagamento, talvez esconda mais do que revele.

Os conta-própria são aqueles que não têm simultaneamente nem patrão, nem empregados, de acordo com a definição usual dada pelas pesquisas domiciliares do IBGE. De acordo com a natureza das relações trabalhistas, os conta-própria ou os sem-patrão/sem-empregados seriam os “primos pobres” dos empregadores enquanto os sem carteira e os sem-pagamento seriam os “primos pobres” dos empregados com carteira. Ou seja, a principal relação de parentesco que une os trabajado-

res autônomos, os empregados sem carteira e os não-remunerados seria a associação com a pobreza.

Agora, muitas vezes, queremos ter uma visão sintética da situação social-trabalhista. Neste aspecto em vez de trabalharmos com o conceito de informalidade ou, ainda, combiná-lo com a definição internacionalmente aceita de desemprego numa única medida, talvez seja utilizar medidas de bem-estar social baseadas em renda domiciliar *per capita* do trabalho. Isto é, a soma das rendas do trabalho de todos os membros da família dividida pelo número de membros. Este conceito resume uma série de fatores operantes sobre o trabalho de todos os familiares, como os níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal. Além de poder de síntese, essa estatística pode ser calculada com as mesmas pesquisas utilizadas para auferir mensalmente as taxas de desemprego. Outra vantagem deste conceito é constituir um primeiro estágio para o cálculo de medidas mais amplas de bem-estar social, de desigualdade e de pobreza. ■